



BOLETIM DA SENAES

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Ministério do Trabalho e Emprego/SENAES MTE

85ª edição / Janeiro de 2026

Mensagem aos leitores



2026, VAMOS FAZER HISTÓRIA!



Vamos juntos com solidariedade!

O novo ano nasce para a Economia Popular e Solidária com um convite para que todos façamos história – precisamos superar as conquistas, fazer muito mais. Como caminhamos a passos largos em 2025 dá até para fazer uma analogia com o salto em altura, precisamos ultrapassar todos os dias as nossas marcas. No popular, o sarrafo está bem mais alto, a régua neste ano subiu - está lá em cima; e temos que nos esticar. Isso não deve assustar nenhum de nós, só revela que se conseguimos chegar até aqui, podemos ir mais longe. É claro que isso vai exigir ainda mais compromisso, esforços, dedicação, mãos dadas e sonho contínuo de mudanças.



GILBERTO CARVALHO ANUNCIA PRIORIDADES PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA

2026 promete ser mais um ano de expansão para o setor.



Crédito: Matheus Itacaramby

Nesta primeira edição de 2026, o Boletim da Senaes dialoga com Gilberto Carvalho, secretário Nacional de Economia Popular e Solidária, sobre temas como a Regulamentação da Lei Paul Singer e anúncios para a Economia Solidária neste primeiro semestre de 2026. As expectativas são bem positivas. O secretário antecipou as prioridades da Senaes: consolidação do Programa Paul Singer, início do Programa Educar e Cooperar, expectativa de mais 15 centros públicos de Economia Popular e Solidária pelo país, além da chegada rápida de recursos para as propostas vencedoras do Edital para fortalecimento de Redes Solidárias. Para quem gosta de se programar, a live da Senaes de janeiro já está marcada. Leia e confira!

2025 foi um ano de muitas conquistas para a Economia Popular e Solidária, sobretudo com marcos legais como a Regulamentação da Lei Paul Singer, no final do ano. A pergunta que fica é: e agora, o que podemos avançar, de forma prática, com a regulamentação?

Gilberto Carvalho: A aprovação da Lei Paul Singer, em dezembro de 2024; e o Decreto de Regulamentação, em dezembro de 2025, são marcos importantes no processo de consolidação da Economia Popular e Solidária como Política Pública.

Na prática, significa que, com a regulamentação, os empreendimentos e redes de Economia Solidária poderão acessar políticas públicas e receber recursos do Governo Federal de maneira mais tranquila. Poderão conseguir créditos nos bancos públicos. É uma série de medidas que garante legalidade para a estabilidade dos empreendimentos.

Agora, podemos sonhar com uma Economia Solidária que interfira no panorama econômico, com redes, cooperativas na área rural – mas também na área urbana, comercial e industrial, com empreendimentos de porte, com redes e finanças solidárias, que possam ir construindo um ecossistema de Economia Solidária capaz de influenciar a economia do país, a forma como o país se desenvolve e que colabore no estímulo às formas de produção autogestionárias e na base da solidariedade. Essas legislações garantem passos concretos nesta perspectiva.

Por ser um ano eleitoral, 2026 traz desafios e urgências nas ações, o que esperar neste primeiro semestre – expectativas e prioridades da Senaes para o ano?

Gilberto Carvalho: Esse ano eleitoral tem características próprias, com a vedação de iniciativas pelo defeso eleitoral a partir de julho (conjunto de restrições em razão do período das eleições/2026) e isso nos impõe concentrar o máximo de atividades neste primeiro semestre.



"Para nós, o importante será consolidar o Programa Paul Singer, com o enraizamento nos territórios e o trabalho forte de comunicação popular dos nossos agentes de Economia Popular e Solidária para que eles sejam capazes de difundir as políticas públicas que o Governo realiza e tornam-se benefícios à população. Queremos também promover mobilizações e articulações, a partir dos territórios, para que as políticas

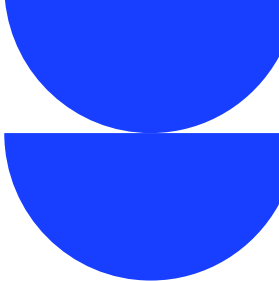

públicas do Governo Federal cheguem mais às pessoas e sejam mais efetivas, atendendo as demandas da população. E, claro, promovendo o estímulo ao surgimento de mais empreendimentos de Economia Popular e Solidária nos territórios."

Na área da formação, a Senaes dará início ao **Programa Educar e Cooperar**– um processo de assistência técnica e de qualificação profissional, junto com a formação política, para quem atua nos empreendimentos e redes da Economia Solidária.

Vamos acelerar também a criação dos **Centros Públicos de Economia Popular e Solidária** pelo país. Estamos atrás de recursos para lançar 15 centros públicos no primeiro semestre. Os centros serão lojas físicas para expor os produtos da Economia Solidária e também espaço de formação e articulação das políticas do setor. Colocaremos peso nestas três ações até agosto.

A Senaes acaba de divulgar as propostas vencedores do Edital 01 – Chamamento Público – Termo de Fomento que garantirá recursos na ordem de R\$ 15 milhões para o fortalecimento de Redes de Cooperação Solidária. Como o Sr. avalia a participação e resultados? Os recursos financeiros vão chegar às Redes com celeridade? O que representou para o setor essa iniciativa?

Gilberto Carvalho: Foi uma grande vitória esse edital público, um sucesso de participação. O Edital garantiu uma injeção importante de recursos para a Economia Solidária. Graças as parcerias, conseguimos chegar a estes R\$ 15 milhões. Agora, vamos acelerar o repasse desses recursos, queremos fazer esse dinheiro chegar de pressa aos empreendimentos. Esse dinheiro não pode ficar parado e deve ser transformado em ações concretas de



de expansão da Economia Solidária. Esperamos em 2026 ter recursos para mais um edital, buscamos novas parcerias para esse novo edital.


Quando voltam as lives da Senaes em 2026?

Gilberto Carvalho: A live de janeiro deve ser realizada no dia 30/01, às 10h.

Nos dias 28 e 29 de janeiro, teremos o planejamento da Senaes; e, queremos socializar o nosso planejamento, no dia seguinte. Lembrando que este ano é curto, um ano eleitoral, e temos que acelerar tudo. Vamos buscar multiplicar neste ano a comunicação da Senaes, ampliando o alcance da nossa informação a todos, lembrando que contamos também com o Boletim Senaes, que é publicado semanalmente.



SENAES CELEBRA TERMO DE FOMENTO COM 11 ORGANIZAÇÕES E DESTINA R\$ 15 MI PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA



O encerrar de 2025 e o início de 2026 podem ser considerados tempos marcantes para a Economia Popular e Solidária, como momento de retomada de recursos que vão direto para os territórios para fomentar o setor. No dia 31 de dezembro de 2025, o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), celebrou com 11 organizações sociais, que participaram do Chamamento Público nº 1, termos de fomento para redes solidárias, destinando montante de R\$ 15 milhões para as propostas aprovadas.

Os recursos serão destinados aos empreendimentos, por meio das Redes Solidárias, entre janeiro e fevereiro/2026.

Para se ter ideia da importância desse Edital, o último processo com modelo semelhante foi realizado há mais de 10 anos, em 2015.

No total, 204 organizações sociais apresentaram propostas no chamamento público. 60 foram analisadas, pois cumpriram as exigências e documentação do processo público, em três modalidades (nacional, regional e territorial/local). Destas 60, 12 foram aprovadas.

Estão entre os segmentos contemplados com recursos, os de **Finanças solidárias**: Bancos Comunitários de Desenvolvimento, moedas sociais e fundos rotativos; **Cadeias produtivas sustentáveis**: algodão agroecológico, confecções, agricultura familiar; **Reciclagem e economia circular**: cooperativas e associações de catadores; **Economia criativa e produção artesanal**: Redes de confecção e iniciativas urbanas, além de **Serviços de assessoramento e incubação social**: Bases de apoio técnico e organizativo.

(Conheça, abaixo, cada proposta, proponentes, além da abrangência territorial dos projetos).

A coordenadora Geral de Parcerias e Fomento da Senaes, Lidiane Freire de Jesus, afirmou que “esse edital representa um marco estratégico no processo de recomposição e fortalecimento da Política Nacional de Economia Solidária. A iniciativa reafirma o compromisso do Estado com a promoção do trabalho decente, da inclusão socioprodutiva e do desenvolvimento local sustentável”.

As organizações receberão os recursos em duas parcelas e as redes deverão ter um plano de sustentabilidade para contemplar os empreendimentos envolvidos, informou.

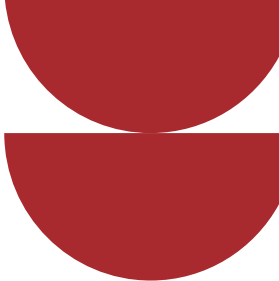

Para a coordenadora, as propostas apresentadas revelaram **diversidade de estratégias** (finanças solidárias, produção sustentável, economia criativa e solidária); **inclusão socioprodutiva**: contemplando mulheres, jovens e comunidades vulneráveis; **fortalecimento da autogestão e da cooperação**; integração territorial e setorial; e ainda, **sustentabilidade econômica e ambiental**.



Lidiane Freitas de Jesus:
...recursos vão para estruturação,
qualificação e expansão das redes.

Lidiane ressalta que a chamada garante recursos para estruturação, qualificação e expansão das redes, fortalecendo práticas de autogestão e cooperativismo. “Com essa chamada, o Governo Federal dá um passo importante para aportar a Economia Solidária como política pública estruturante, conectando produção local a mercados institucionais e fortalecendo empreendimentos coletivos em todo o país”.

A coordenadora comenta também que as propostas foram enquadradas em três modalidades: Territorial (participação no máximo de 10 empreendimentos vinculados à Rede), Modalidade Estadual/regional (participação de 10 a 20 empreendimentos no máximo) e na Modalidade Nacional (entre 30 a 40 empreendimentos, no máximo). Os valores destinados a cada modalidade variam de R\$ 500 mil a R\$ 3 milhões. O que garantirá uma média de R\$ 50 mil por empreendimento para gastos em custeio.



Esses gastos contemplam, por exemplo, assessoramento técnico de gestão, formação, custeio com produção, envolvendo insumos, matéria-prima, locação etc.

O Edital tem validade por dois anos e, com esse prazo, outras propostas classificadas ainda poderão ser contempladas com recursos, caso novas parcerias sejam firmadas pela Senaes para captação de recursos.

Lidiane lembra que as ações em redes estão no rol das prioridades de iniciativas/ferramentas da Senaes para a retomada da Economia Popular e Solidária, que inclui também incentivos às feiras e centros públicos.

O Edital para fortalecimento de Redes Solidárias foi norteado e atende ao previsto na Lei 13.019/2014 e foi amplamente dialogado com o setor. A lei define as diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com as organizações da sociedade civil.

Conheça as propostas aprovadas, os proponentes e abrangência:

1.Proposta: Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento – RBBCD, com o objetivo de articular, animar e fortalecer a Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, constituída por Empreendimentos Econômicos Solidários (Bancos Comunitários com moedas sociais e ambientais) como estratégia de fortalecimento das finanças solidárias, enquanto eixo estruturante da Economia Solidária, com vistas à promoção do trabalho decente, da inclusão socioprodutiva e do desenvolvimento solidário e sustentável. **Proponente:** Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária -

Abrangência: Nacional, beneficiará 14 estados.

2.Proposta: Fortalecer 60 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), organizados em redes de cooperação solidária, em âmbito nacional, por meio de diagnóstico participativo, assessoramento técnico continuado, estratégias de comercialização e fortalecimento da governança e comunicação. **Proponente:** União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias - **Abrangência:** Nacional, beneficiará 14 estados.

3.Proposta: Fortalecer a administração interna, a gestão democrática e a participação dos representantes da Cooperativa Central Justa Trama nos processos decisórios e ações estratégicas, ampliando a comercialização dos produtos da marca em pelo menos 30%, em 18 meses. A iniciativa busca consolidar a cadeia solidária do algodão agroecológico, promovendo inclusão socioprodutiva, protagonismo feminino e sustentabilidade ambiental, em plena consonância com as diretrizes da Senaes. **Proponente:** Cooperativa Central Justa Trama - **Abrangência:** Territorial, beneficiando 5 estados.

4.Proposta: Executar projeto de fortalecimento de Rede Territorial de Economia Popular e Solidária, por meio de assessoramento técnico continuado a 16 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), estruturando 3 (três) Bases de Serviços de Assessoramento à Economia Solidária (BSS), ampliando a capacidade produtiva, organizativa, comercial e de acesso a mercados dos empreendimentos, com foco em inclusão socioprodutiva, trabalho decente, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento territorial. **Proponente:** Instituto Redes para o Desenvolvimento - **Abrangência:** Territorial, beneficiando um estado.

5.Proposta: Fortalecer a REDE IPÊS SOLIDÁRIA – Incubação Social e Fortalecimento das Cooperativas e Associações de Catadores do Distrito Federal, por meio de processos integrados de incubação social, assessoramento técnico especializado e desenvolvimento organizativo, produtivo e comercial, ampliando a autogestão, a sustentabilidade econômica, a capacidade produtiva, a governança democrática e o acesso a mercados, com protagonismo de mulheres, jovens e populações vulnerabilizadas. **Proponente:** Instituto Sociocultural Ambiental e Tecnológico de Projetos de Economia Solidária - **Abrangência:** Territorial, beneficiando um estado.

6.Proposta: Consolidação da “Rede Nordeste de Finanças Solidárias”, composta inicialmente por 25 Empreendimentos Econômicos Solidários de 5 estados do Nordeste do Brasil (Bahia, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte e Ceará), a partir do funcionamento de 25 Bancos Comunitários vinculados a 25 Cooperativas Locais, apoiados na inserção no mercado financeiro formal por uma Cooperativa de Crédito e uma securitizadora. Esses 25 Empreendimentos Econômicos Solidários têm em comum a relação direta estabelecida com a Arco Sertão Central e com o Conselho Gestor do Fundo Rotativo (COGEFUR). A proposta estabelece como ação principal a criação e o fortalecimento de Bancos Comunitários Locais vinculados às Cooperativas de Produção e Agroindustrialização da Agricultura Familiar e da Economia Solidária, que são iniciativas associativas sem fins lucrativos, baseadas nos princípios da Economia Solidária. **Proponente:** Central de Cooperativas de Beneficiamento e Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária - Arco Sertão Central - **Abrangência:** Regional ou Estadual, 19 estados e Distrito Federal.

7.Proposta: Concessão de apoio da Administração Pública para a execução de projetos de fomento e fortalecimento de Redes de Cooperação Solidária, constituídas por Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) em cadeias produtivas e arranjos territoriais ou setoriais de produção, comercialização e consumo sustentável, com vistas à promoção do trabalho decente, da inclusão socioproductiva e do desenvolvimento solidário e sustentável. **Proponente:** Território Pachamama - **Abrangência:** Territorial, beneficiando um estado.

8.Proposta: Promoção do empoderamento econômico e social de 930 mulheres, que realizam atividades de produção de confecções em 30 empreendimentos, distribuídos em cinco arranjos territoriais, no estado do Rio Grande do Norte. A iniciativa visa fortalecer suas capacidades organizativas, produtivas e comerciais como alternativa de trabalho e obtenção de renda, por meio do fortalecimento da Rede Solidária de Confecções (RSC). **Proponente:** Cáritas Diocesana de Caicó - **Abrangência:** Regional ou Estadual, beneficiando um estado.

9.Proposta: Fortalecer a Rede EcosolBa, constituída por Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), majoritariamente, urbanos da Bahia, em cadeias produtivas e arranjos territoriais ou setoriais de produção, comercialização e consumo sustentável, com vistas à promoção do trabalho decente, da inclusão socioproductiva e do desenvolvimento solidário e sustentável. **Proponente:** Associação Beneficente Josué de Castro - **Abrangência:** Regional ou Estadual, beneficiando um estado.

10.Proposta: Fortalecer Empreendimentos de Economia Solidária formados por mulheres, com ações de formação, apoio técnico-operacional e identidade visual, estruturando rede colaborativa, ampliando capacidades e difundindo saberes, práticas e produtos, fortalecendo a rede local de produção e cuidado. **Proponente:** Instituto de Imagem e Cidadania Rio de Janeiro - **Abrangência:** Territorial, abrangendo um estado.

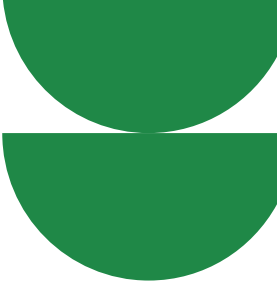

11.Proposta: Fomentar e estruturar a Rede Solidária Mulheres da Parada, constituída por 18 Empreendimentos Econômicos Solidários em arranjo territorial urbano, visando à comercialização solidária integrada, à inclusão digital e ao fortalecimento socioprodutivo de mulheres e da economia criativa. **Proponente:** Associação Mulheres da Parada - **Abrangência:** Territorial, abrangendo um estado.

DIEESE E SENAES PUBLICAM CADERNO SOBRE OBSERVATÓRIOS ESTADUAIS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Já está disponível ao público o Caderno Metodológico – Implantação de Observatórios Estaduais de Economia Popular e Solidária, lançado no último dia 15/12/25, Dia Nacional da Economia Popular e Solidária, pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (Senaes). Para acessar, basta clicar no link:

[Clique Aqui](#)





A publicação é destinada a gestores, pesquisadores e representantes de movimentos sociais interessados em estruturar esse tipo de iniciativa em âmbito estadual. Os conteúdos também são de interesse geral para quem atua na Economia Popular e Solidária ao mostrar experiências-piloto de estados que já vivenciaram essa implantação. O Caderno destaca as experiências do Rio Grande do Norte e Pernambuco.

O leitor vai encontrar no Caderno metodologias para o diálogo social, sobre o Planejamento Estratégico Situacional para realização de oficinas de diagnóstico participativo e orientações sobre planos de trabalho para tornar um observatório estadual realidade. É uma espécie de guia, que mostra o passo a passo já experimentado pelos dois estados citados.

De acordo com a publicação, a metodologia que norteia todo processo de construção dos observatórios é baseada nos princípios do diálogo social - metodologia amplamente utilizada pelo DIEESE, que valoriza a democracia e participação, o planejamento participativo e a pesquisa-ação, bem como a apropriação, pelos atores sociais e gestores públicos, das ferramentas utilizadas e dos conhecimentos produzidos.

As contribuições da publicação não param aí. O Caderno Metodológico também fornece informações sobre como buscar fontes de financiamento para apoiar a implantação de observatórios estaduais de Economia Popular e Solidária.

Vale muito conferir!



PROGRAMA PAUL SINGER EVIDENCIA NOVAS REFLEXÕES PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA

É preciso olhar para além da agricultura familiar e cooperativas e focar também nos coletivos como organização

Os agentes de Economia Popular e Solidária do Programa Paul Singer iniciaram agora, em janeiro/26, uma segunda etapa do trabalho territorial em todo o país, o que significa que estão com os pés e mentes nos territórios para dar continuidade às ações de fortalecimento e expansão da Economia Solidária em todo o Brasil.

Boa parte deles/delas já está levando retorno/devolutivas aos empreendimentos solidários e coletivos populares sobre as informações coletadas na primeira fase e construindo, de forma participativa, planos de ações para mudanças. Outra parte dos agentes continua o trabalho da leitura da realidade dos empreendimentos e coletivos

nos territórios, conhecendo e aprofundando o cenário vivenciado. Na sequência, também seguirão o caminho do primeiro grupo na construção de propostas de transformações e melhorias.

Essa vivência territorial tem garantido informações estratégicas para novas reflexões, abordagens e para o planejamento de políticas públicas para o setor. Também novos aprendizados, algumas confirmações às impressões – que até o momento eram do senso comum, além de outros inúmeros desafios. É o conjunto de conhecimentos construído que ajuda cada vez mais a entender os contornos, mas também a Economia Solidária por dentro.

Neste contexto, podemos fixar olhares em diversos pontos. Mas, escolhemos dois que consideramos significativos para uma abordagem neste início de ano. Um deles é o recorte sobre a organização de quem faz a Economia Popular e Solidária.

Os números revelam que os coletivos são maioria - representam 61% do segmento econômico. Então, é preciso focar não só nos empreendimentos solidários. Já que os informais representam a maior fatia. Sem estrutura jurídica, precisam de atenção redobrada, demandam soluções inovadoras, ao mesmo tempo simplificadas, inclusão digital, entre outras.

O segundo aspecto diz respeito ao peso do artesanato no universo da Economia Popular e Solidária. Esse é o maior segmento dentro dos que atuam no setor. E essa informação confirma impressões anteriores, colaborando na ampliação da compreensão da Economia Solidária, para além da agricultura familiar (bem representativa com 29% do setor) e das cooperativas.

A atenção ao artesanato como segmento de destaque traz a necessidade de aproximações com o setor de cultura para busca de avanços - um caminho a ser seguido.



Cozinha Solidária do Programa Ceará sem fome Sítio Macaúba, na Unidade Produtiva do Óleo de Coco Babaçu (Acervo: Programa Paul Singer)



AGEPS em visita à Casa do Artesão de Artur Nogueira (SP) (Acervo: Programa Paul Singer)



Atividades de Artesanato do Paraná
(Acervo Programa Paul Singer)



AGEPS em feira no estado do RJ
(Acervo: Programa Paul Singer)



2ª Feira da Reforma Agrária em Campinas
(SP) Acervo: Programa Paul Singer

Já no que diz respeito à organização deste grupo, os coletivos, comumente, não utilizam ferramentas de gestão, não fazem planejamento estratégico, plano de negócios, plano financeiros, plano de expansão entre outras formalizações. Poucos têm inserção digital. Esse cenário dificulta muito o acesso a créditos e ao fomento. Trata-se de um cenário bem desfavorável que restringe o crescimento; e, por consequência, dificulta processos de oficialização da atividade.

Esses dois pontos são apenas uma minúscula mostra dos desafios a serem enfrentados na base. Ter consciência desse cenário é apenas o primeiro passo para a construção de uma agenda, a partir do diálogo com os principais sujeitos da EPS, para superar a informalidade e fortalecer a EPS nos campos político-econômico e organizativo. Essa é a missão cotidiana do Programa Paul Singer, destaca no documento Pesquisa-Ação: um olhar nacional.

CONTE PARA NÓS SUA EXPERIÊNCIA COM O BOLETIM SENAES

Com o intuito de aperfeiçoar nossa lista de transmissão e envio do Boletim por mensagem eletrônica, gostaríamos de saber sua experiência em receber nossas notícias.

Para tanto, precisamos que você envie mensagem contando se tem ou já teve dificuldades em receber o Boletim, seja por telefone ou e-mail.

Na mesma mensagem, você pode nos enviar dúvidas, críticas e sugestões para melhorar nosso informe semanal.

Para você ter acesso às edições do Boletim Semanal da Senaes, basta clicar aqui



Mande sua experiência, dúvida, crítica ou sugestão para
comunicacao.senaes@trabalho.gov.br
que ficaremos felizes em responder. Obrigada 😊

Expediente: Informativo elaborado pela
Secretaria Nacional de Economia Popular
e Solidária - SENAES/MTE

Contato/sugestões:

E-mail:

comunicacao.senaes@trabalho.gov.br

Telefone: (61) 2031- 6833